

Escritórios de advocacia caçam especialistas na esfera pública

Eles vão atuar em projetos ligados à infraestrutura e à exploração do pré-sal. Por **Jacilio Saraiva**, para o Valor, de São Paulo

Escritórios de advocacia de todos os portes se movimentam para admitir profissionais com experiência na administração pública. A razão são os grandes projetos que envolvem empresas do governo e da iniciativa privada, principalmente na área de infraestrutura e exploração da camada do pré-sal.

O objetivo das contratações é aproveitar o conhecimento acumulado nas repartições e no trabalho com normas regulatórias para dinamizar compras, fusões e fechamento de contratos. Especialistas em direito público, administrativo e tributário são os mais visados. "Este ano, espera-se um aumento na demanda por esses profissionais de pelo menos 30%, em relação a 2010", diz Giuliana Menezes, líder da área legal da consultoria de recrutamento Michael Page. "Talentos com expertise em licitações, concessões públicas e parcerias público-privadas terão mais oportunidades."

No mercado, já há profissionais egressos de órgãos como a Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda e Banco Central. Segundo Giuliana, com a retomada da economia em 2010 e a adoção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo federal está investindo cada vez mais na expansão de setores produtivos. "Com essa movimentação, as empresas sentiram a necessidade de contratar escritórios especializados, o que por sua vez criou a demanda por advogados com experiência em direito público."

Depois de 25 anos na Receita Federal, o advogado Marcos Vinícius Neder foi convidado para ser sócio da área tributária do escritório Trench, Rossi e Watanabe, com mais de 160 advogados. A negociação durou cerca de um mês e Neder foi admitido em janeiro deste ano. Ex-subsecretário do órgão, segundo posto na hierarquia da entidade, ele foi responsável pela estruturação de diversas regras de imposto e tributação.

Ele conta que já havia sido procurado ao longo da carreira por outros escritórios de advocacia e empresas. "Tinha a intenção de não deixar o setor público até a aposentadoria, mas a proposta de trabalhar na área de tributação internacional e em grandes projetos foi muito instigante."

Formado também em engenharia e economia, Neder é mes-



Marcos Vinícius Neder foi convidado para ser sócio da área tributária do escritório Trench, Rossi e Watanabe, depois de atuar por 25 anos na Receita Federal

tre em direito tributário e concluiu doutorado. Tem pós-graduação em auditoria e tributação internacional em instituições no Canadá e Japão. "Agora, poderei agregar conhecimentos no segmento de reestruturação de companhias, uma das especialidades do escritório."

No dia a dia, as principais missões do executivo são dar apoio no desenvolvimento de projetos e atuar em processos de tributação internacional. A área de tributos do Trench, Rossi e Watanabe tem cerca de 60 profissionais. O especialista do setor, segundo ele, deve estar preparado para trabalhar em um meio multifacetado e atender demandas de clientes que operam em diversos segmentos. "Ele precisa exercitar habilidades de gestor e estar disposto para apresentar soluções ágeis aos problemas propostos. Assim como no setor público, a iniciativa privada valoriza cada vez mais a formação do profissional."

Para Cláudia Metzger, diretora geral da banca, há necessidade de investir em talentos com conhecimentos em áreas pontuais. "Muitos profissionais do setor público, além do bom repertório acadêmi-

co, dominam algumas regulamentações específicas", explica.

Além de Neder, a banca tem em seus quadros um desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, um ex-funcionário da Advocacia Geral da União e um ex-consultor jurídico do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), além de uma advogada associada que atuou na Secretaria de Direito Econômico. "O escritório deve aumentar o quadro em, pelo menos, 10% até o final de 2011. Há oportunidades atrativas para profissionais da área pública."

Com 41 anos e 16 de anos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o advogado Rodrigo Pereira de Mello resolveu trocar a carreira pública pela consultoria jurídica em direito tributário, constitucional e administrativo em escritórios como o Lima & Falcão, em Recife (PE), e o Caram Zuquim Espírito Santo, de Brasília (DF). "Querida liberdade de horário, de linha de atuação e pensamento", justifica o especialista, doutorando em direito constitucional. "Diferentemente de outros colegas, não tive nenhuma proposta tentadora. Apenas cansei do serviço público."

Hoje, Mello se dedica, principalmente, à área de tributos. Já trabalhou na defesa de um processo administrativo-fiscal, que custaria uma atuação milionária para um cliente, e numa operação de planejamento societário e tributário. "A construção de uma carreira na iniciativa privada é lenta e não assegura, ao longo de um bom tempo, o elevado padrão salarial das carreiras centrais da administração pública."

Para Giuliana Menezes, da Michael Page, os funcionários públicos ganham espaço em bancas que prestam serviços para empresas do governo e sociedades de economia mista. "Os advogados são contratados para atuar nas relações governamentais", diz. As empresas, afinal, querem que o profissional mostre capacidade para resolver conflitos e negociações do interesse dos clientes.

Com a aposentadoria, o advogado Euds Pereira Furtado, de 69 anos, resolveu constituir um escritório boutique no Rio de Janeiro (RJ), especializado em prestar consultoria às empresas supervisionadas pelo Banco Central, Superintendência de Seguros Privados (Susep), Comissão de Valores

Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), entre outras.

"Trabalhei 30 anos no Banco Central, na área de autorização para o funcionamento das instituições financeiras e na superintendência de seguros privados", afirma. Agora, do outro lado do balcão, uma das maiores operações do especialista foi formular e submeter à Susep a documentação necessária para a compra, por um sócio estrangeiro, de 50% do controle acionário de uma seguradora.

Na opinião de Renata de Carvalho, administradora do escritório Euds Furtado Advogados Associados, o crescimento da demanda por advogados especializados acontece porque setores como infraestrutura, meio ambiente, petróleo e gás estão intimamente ligados às áreas financeira, de seguros, de capital aberto, planos de saúde e fundações de previdência privada. Dos dez profissionais do escritório, três vieram da área pública. "Com as obras do PAC, para a Copa do Mundo e Olimpíada, esperamos um crescimento no quadro em torno de 20% este ano, em relação a 2010."

Expertise deve estar aliado à visão empresarial

De São Paulo

Acumular anos de trabalho na área pública não é garantia para preencher vagas nos escritórios de advocacia. Para advogados, especialistas em RH e sócios das bancas, o profissional de direito que resolve atuar no setor privado deve mostrar habilidade de negociação e visão empresarial. Ter foco em resultados e êxito em demandas administrativas e judiciais também são requisitos necessários.

Para Cláudia Metzger, diretora do Trench, Rossi e Watanabe, o executivo deve estar preparado para atender empresas estrangeiras com pouco conhecimento do ambiente de negócios do Brasil. "Buscamos candidatos com embasamento regulatório e afinidade com as áreas de atuação dos clientes, além de capacidade de gestão nos projetos que lideram", diz.

A executiva afirma que os advogados devem agir como "catalisadores" das operações. Desse modo, o colaborador precisa gerar e concluir negócios sem abrir mão das preocupações legais e comerciais. Deve ser mais pragmático que acadêmico para facilitar a negociação entre as partes e não se limitar a apontar os riscos legais. "No jargão internacional, ser um bom 'deal maker' e não um 'deal breaker'."

Segundo Cláudia, o escritório trabalha fortemente com projetos de transações multilaterais, com entrada de capital produtivo no país. Esses investimentos geralmente são efetuados em operações de fusões, aquisições e projetos relacionados a setores como energia, varejo, TI, portos e aeroportos. "A expansão de diversas áreas do escritório vai exigir mais talentos no quadro."

Para Giuliana Menezes, da consultoria Michael Page, é necessário saber dosar conhecimento técnico legal com visão empresarial. "O mercado está cada vez mais voltado para a área do direito administrativo e candidatos com boa formação acadêmica e veia de negócios." No ano passado, o número de advogados especializados em direito administrativo recrutado pela Michael Page foi 20% maior que o volume registrado em outros segmentos da advocacia.

Para as empresas, o importante é esquecer a posição de funcionário público e lembrar das exigências da iniciativa privada. "Deve-se estudar muito e se manter constantemente atualizado com as mudanças das normas legais, da área societária e de contratos", aconselha Renata de Carvalho, do escritório Euds Furtado Advogados Associados. (JS)